

# COTIDIANO, VIVÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA: INSTITUIÇÕES ITALIANAS EM SÃO PAULO FRENTE AO APARATO REPRESSIVO NA ERA VARGAS (1939-1945)

Autor: Olavo Baldi Marchetti (olavobm@yahoo.com.br)

Orientador: Prof. Dr. Michael M. Hall (mhall@that.com.br)

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PIBIC/CNPq

Palavras chaves: Imigração – Italianos – Getúlio Vargas - Brasil Contemporâneo

A pesquisa desenvolvida buscou analisar as formas de interferência do Estado Novo na vida cotidiana da população de origem italiana instalada no Estado e principalmente na cidade de São Paulo. Através da análise documental de duas instituições mantidas por esta comunidade, o *Instituto Médio Dante Alighieri* e a *Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo*, buscou-se averiguar a existência de formas sistemáticas de vigilância e repressão à organização coletiva dos italianos em São Paulo, bem como o reflexo dessas medidas no seio da comunidade e das citadas associações.

Para a realização das pesquisas foram utilizados documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), que encontram-se no Arquivo do Estado de São Paulo, situado na capital. Este material foi analisado na perspectiva da História Social, no sentido de tentar esclarecer os procedimentos do regime de Getúlio Vargas em relação à comunidade italiana de São Paulo. Buscou-se um maior entendimento dos processos sociais do citado grupo étnico e suas relações com o poder executivo estadual, no interesse de acrescentar novos elementos e perspectivas ao debate historiográfico referente ao tema da imigração e das populações estrangeiras no país.

Ficou constatada durante as pesquisas uma sistemática perseguição e vigilância das instituições abordadas, fato que agrega novos elementos à discussão sobre os focos de atenção da política de controle de estrangeiros no período do primeiro governo Vargas (1930-1945). A historiografia sobre o assunto coloca os italianos como preferidos pelo governo para instalarem-se no país, devido à características culturais – como língua e religião – bastante próximas à dos brasileiros. A partir deste ponto de vista, autores passaram a colocar os italianos parcialmente excluídos das políticas de vigilância, já que tal proximidade de caracteres culturais proporcionou uma rápida assimilação desse grupo étnico.

A partir da análise dos resultados obtidos com as pesquisas documentais, e também da análise da bibliografia que aborda o assunto, podemos chegar à conclusão de que, apesar da menor preocupação por parte do governo com a comunidade italiana, houve tentativas de controle por parte do Estado Varguista que tiveram impactos consideráveis na organização desta comunidade. As instituições investigadas passaram a sofrer intervenções diretas por parte do governo, através de seu órgão executor representado pelo DEOPS. Apesar de as entidades relacionadas ocuparem-se de atividades que a princípio não possuíam nenhuma orientação política ou ideológica, já que se tratavam de uma escola e de uma instituição hospitalar, as leis de controle de estrangeiros, impostas durante o período do Estado Novo, atingiram suas atividades cotidianas e exigiram explicações e mudanças nas políticas de condução e organização dessas instituições.



Sede do Clube Italiano de São Paulo, outra associação étnica da cidade no período.



Tribuladores imigrantes do bairro de Agua Branca.



Alunos do antigo Instituto Médio Dante Alighieri, depois Colégio Visconde de São Leopoldo.

Após as investigações procedidas pela polícia política paulista, alguns procedimentos foram tomados no sentido de controlar as ações dessas entidades, dentre as quais:

- Mudanças nos quadros diretivos das associações, com a nomeação de dirigentes brasileiros.
- Proibição de reuniões sem prévio aviso e sem a presença de autoridades policiais.
- Nacionalização do corpo de funcionários e investigações dos membros e dirigentes de origem italiana.
- Confisco de bens e materiais didáticos relacionados à Itália e ao regime fascista de Mussolini pertencentes ao Instituto Médio Dante Alighieri.
- Nacionalização do nome do colégio, que passou a chamar-se Colégio Visconde de São Leopoldo.

Podemos concluir, através dos resultados das pesquisas documentais, a existência de interferências governamentais diretas na organização das associações investigadas. A maior capacidade de assimilação da comunidade italiana da cidade de São Paulo não foi suficiente para poupar esse grupo étnico de intervenções por parte do Estado nacionalista que Vargas tentou implantar. O período de vigência das leis nacionalistas, que passaram a ser postas em prática a partir de 1938, como a lei de nacionalização do ensino, a proibição de associações de origem étnica, representou um período de dificuldades para os italianos em São Paulo, que tiveram que se adaptar à nova realidade social adversa, abrindo mão do controle autônomo de suas próprias organizações comunitárias.